

O LIVRO DE ESTER E O IMPÉRIO PERSA AQUEMÊNIDA



Matheus Treuk Medeiros de Araujo

“EIS O QUE ACONTECEU NO TEMPO DE ASSUERO QUE REINOU DESDE A ÍNDIA ATÉ A ETIÓPIA SOBRE CENTO E VINTE E SETE PROVÍNCIAS.” (EST. 1.1)

O livro bíblico de Ester narra uma história da comunidade da diáspora judaíta ambientada no Império Persa Aquemênida (c. 550-339 AEC), especificamente na corte de Susa, uma de suas capitais, durante o reinado de Xerxes I (486-465 AEC) – no texto denominado “Assuero”. O Império Persa foi o último potentado de uma sequência de grandes impérios próximo-orientais do 1º Milênio AEC, seguindo-se à hegemonia Neoassíria (c. 914-612 AEC) e Neobabilônica (c. 612-539 AEC). Foi, ademais, uma entidade multilinguística e multiétnica de dimensões inéditas, estendendo-se do Punjab à Cítia, e do Egito à Lídia, tendo induzido desde a formação da Liga de Delos, na Grécia, até a reconstrução do templo e das muralhas de Jerusalém, conforme nos contam os livros de Esdras e Neemias.

Como costuma ocorrer, inevitavelmente, com qualquer material pertencente à Bíblia Hebraica, Ester suscita, há séculos, diversas indagações sobre sua historicidade – não apenas entre os acadêmicos, mas também entre leigos e religiosos. Além disso, devido ao caráter extraordinário da narrativa, bem como à depreciação sofrida pelo livro desde Martinho Lutero (1483-1546 d.C.), os questionamentos à sua fidedignidade têm sido mais enfáticos do que em outros casos igualmente contenciosos. Assim, a relação de Ester com o Império Persa Aquemênida permanece sendo um assunto espinhoso e de difícil tratamento: seria Ester uma fonte válida para o estudo da Pérsia Antiga? Quais versões do livro poderiam refletir condições desse período? Há alguma relevância nessa conexão, dado o gênero textual particular de Ester?



O LIVRO DE ESTER E O IMPÉRIO PERSA AQUEMÊNIDA



Matheus Treuk Medeiros de Araujo

O livro, como é sabido nos meios religiosos, reconta a história da origem do festival do Purim. O núcleo da narrativa – que pode ser qualificada como efetivamente “fantástica” – descreve como um certo oficial Amã, irritado com o cortesão judaíta Mardoqueu, teria convencido o rei persa Xerxes (486-465 AEC) a sentenciar todos os judeus do império à morte (Est. 6:12-15). No entanto, a bela rainha Ester, prima de Mardoqueu, teria intercedido junto ao rei em favor de seu povo, denunciando as maquinações de Amã e garantindo um novo decreto – uma vez que, em razão do caráter alegadamente “imutável” das leis persas, o anterior não poderia ser derogado –, o qual permitiria aos judeus defender-se de seus inimigos na data anteriormente sorteada para a sua aniquilação, o 13 de Adar (Est. 7:1-7). No dia marcado, os judeus teriam derrotado seus inimigos, e, nos dois dias seguintes, teriam se reunido para celebrar e repousar, fixando os precedentes do festival religioso (Est. 9:1-19).

ESTER DENUNCIANDO AMÃ, ERNEST NORMAND (1888)



O LIVRO DE ESTER E O IMPÉRIO PERSA

AQUEMÊNIDA



Matheus Treuk Medeiros de Araujo

Megillat Ester é nome atribuído à composição narrativa hebraica, que, na tradição judaica, integra um dos cinco *Megillot* (os cinco “rolos”), junto de Cântico dos Cânticos, Eclesiastes, Rute e Lamentações. O texto tem outras versões além da narrativa massorética, isto é, aquela presente na Bíblia Hebraica. Trata-se do chamado “Texto B”, versão grega da Septuaginta (tradução da Bíblia Hebraica para o grego, datando do Período Helenístico), e outra, também em grego, preservada em pouquíssimos manuscritos medievais, geralmente chamada de “Texto A” ou “Alfa”. Até o momento, não há consenso quanto à relação entre esses três textos, isto é, não se sabe qual versão é mais próxima do texto “original” e nem sequer se todas se originaram de uma mesma edição ou de edições diferentes. Os especialistas tendem a considerar a versão massorética e o texto “B” como originários de uma mesma Vorlage (modelo), e o texto “A” como uma versão abreviada de “B”, mas nem isso é consensual – Michael Fox, por exemplo, considera o texto “A” uma tradução de um texto mais antigo que os demais. Nas bíblias cristãs, é comum que o texto massorético seja intercalado com os acréscimos do “Texto B”, enquanto o “Texto A” tem circulação mais restrita.

Em termos de datação, os historiadores se dividem entre duas cronologias para o modelo da fonte massorética: alguns propõem uma data mais remota, nos últimos séculos do Período Persa (c. 400-330 AEC), enquanto outros propõem uma data mais recente, no início do Período Asmoneu (140-37 AEC). A primeira datação leva em conta, sobretudo, empréstimos de termos aramaicos e persas amplamente presentes no texto, em vez da preponderância de elementos gregos, a qual seria esperada caso o documento pertencesse a um contexto helenístico. Curiosamente, o livro de Ester não possui nenhuma versão entre os manuscritos do Mar Morto – aliás, ele se destaca precisamente por ser um dos únicos textos ausentes deste corpus. Segundo Isaac Kalimi, em “The Book of Esther between Judaism and Christianity”, de 2023, isso talvez seja explicável pela inconsistência da narrativa em relação aos preceitos da comunidade do Qumran que os produzira (séculos II-I a.C.), uma vez que o livro aparentemente predica o jejum durante a Páscoa, além de descrever um casamento de uma judia com um rei dos gentios.



O LIVRO DE ESTER E O IMPÉRIO PERSA AQUEMÊNIDA

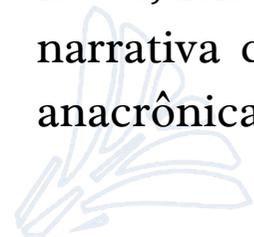


Matheus Treuk Medeiros de Araujo

Às dificuldades textuais e de datação se somam problemas de fidedignidade histórica por uma ótica puramente tradicional. Com efeito, os historiadores e críticos textuais, em sua maioria, descartam uma interpretação literal do texto bíblico. No início, isso se deu principalmente em razão da presença de elementos que contrastavam com aquilo que se sabia até então sobre o Império Persa Aquemênida. Aspectos como supostas inconsistências no número de províncias do império (cento e vinte e sete, de acordo com Est. 1.1.), a ausência de menção às rainhas Vasti (Est. 1.9) e Ester pelo historiógrafo grego Heródoto de Halicarnasso (séc. V AEC) e a inacreditável “irrevogabilidade da lei dos medos e persas” (Est. 1.19) foram tratados como demonstrações de um caráter ficcional da obra. Adicionalmente, todos esses elementos foram interpretados como instrumentos narrativos, servindo precipuamente ao desenvolvimento da trama e, portanto, independentes de qualquer base histórica.

Muitas dessas objeções, é verdade, se provaram pouco relevantes com o tempo, em especial porque a compreensão que os críticos tinham do Império Persa carecia (e ainda carece) de aprofundamento quanto às fontes propriamente persas. Para citar um exemplo, os especialistas da Pérsia Aquemênida ainda não chegaram a um consenso sobre a terminologia para as circunscrições administrativas do império, e, portanto, qual seria sua ordem de grandeza, uma vez que consideram a suposta lista de “satrapias” fornecida por Heródoto problemática e, ademais, dado que ainda discutem qual é o significado exato do persa antigo *dahyu-*, termo usado nas “listas de países” do império. Além disso, a terminologia usada pelos redatores de Ester para se referir às províncias do império (*medinot*), encontra correspondências na documentação aramaica do Período Persa, referindo-se a subdivisões administrativas do império, e não às “satrapias”, que seriam unidades maiores. Como, então, determinar se os redatores de Ester teriam se equivocado ao falar das 127 *medinot* do império?

Outro exemplo – que o presente autor desenvolveu em artigo nos *Cadernos de Língua Literatura Hebraica* da Universidade de São Paulo – é o caso da mencionada “irrevogabilidade das leis” persas. Ora, uma vez que o direito próximo-oriental não se caracterizava pela existência de leis estatutárias, isto é, leis prescritivas similares aos nossos modernos códigos, qual é o sentido de se interpretar a narrativa de Ester e sua referência a uma regra imutável a partir de uma visão contemporânea e anacrônica de direito?



O LIVRO DE ESTER E O IMPÉRIO PERSA AQUEMÊNIDA



Matheus Treuk Medeiros de Araujo

A rigor, as “leis” às quais o livro se refere são sentenças punitivas do rei persa para casos concretos – as inobservâncias de normas costumeiras por Vasti e pelos judeus – o que coincide com os sentidos que o termo persa correspondente (*dāta*, efetivamente usado como empréstimo em Ester) poderia ter na Antiguidade: uma decisão judicial.

Esses pontos demonstram como as respostas a questões de historicidade são complexas e exigem, antes de tudo, uma leitura cuidadosa do texto e uma compreensão apurada do seu contexto. No geral, discussões dos textos bíblicos em termos da dicotomia entre “fato” e “ficção” são pouco produtivas. No caso do livro de Ester, essa perspectiva é ainda menos relevante se considerarmos – como explica a biblista norte-americana Adele Berlin – que o texto não foi produzido para ser uma narrativa “histórica” e “factual”, mas, antes, um romance histórico, de caráter intencionalmente cômico, exagerado e ficcional. Assim, colocar-se a questão da historicidade de um gênero textual evidentemente romaneado – como, por exemplo, a *Ciropédia*, do autor grego Xenofonte (séc. IV AEC) – parece ser um empreendimento estéril.

Algumas indagações recorrentes, é verdade, não se referem puramente à veracidade da *narrativa* bíblica per se – tomada “em linhas gerais” ou nas suas minúcias –, mas, em termos menos estritos, à relação genérica entre a ambientação do texto e as fontes para a sua redação. Nesse último caso, coloca-se a questão de “como” e “se” o texto bíblico nos forneceria, *incidentalmente*, elementos autênticos para a escrita da história do Império Persa Aquemênida – ainda mais se considerarmos que o modelo do texto massorético poderia datar do Período Persa, como vimos acima. Um renovado interesse por esta última possibilidade é evidenciado em publicações recentes como “*Ancient Persia and the Book of Esther*”, de 2023, de Lloyd Llewellyn-Jones, e alguns artigos acadêmicos de Morteza Arabzadeh Sarbanani, de 2023. No entanto, ainda que tais especulações sejam válidas e, a bem da verdade, incontornáveis, a tendência desses autores é atribuir um peso excessivo à busca de correspondências diretas entre a narrativa bíblica e fontes externas, correndo, novamente, o risco de simplificar questões históricas e, mais do que isso, de se equivocar quanto à natureza do texto ou à sua intrincada trajetória de composição.

O LIVRO DE ESTER E O IMPÉRIO PERSA AQUEMÊNIDA



Matheus Treuk Medeiros de Araujo

Outra alternativa à leitura de Ester como fonte *narrativa* para a história da Pérsia Aquemênida é o seu estudo no âmbito da esfera das *representações*: afinal, o que esse documento pode nos dizer sobre as percepções que seus redatores tinham da Pérsia Antiga? Para muitos autores, trata-se de um romance histórico de caráter “orientalista”, na mesma acepção que o teórico Edward Said usa para definir, por exemplo, a visão do império em “*Os Persas*”, de Ésquilo – isto é, como uma descrição negativa voltada a reforçar, por oposição ao “Outro”, a própria identidade grega – ou, no caso em tela, de judeus helenizados. Ester, de fato, conta com representações depreciativas da corte persa, descrita como um lugar repleto de intrigas, de “eunucos” poderosos, tramas de “harém” e outros aspectos que fascinavam autores gregos do Período Clássico, como, por exemplo, Heródoto e o médico Ctésias de Cnido (que teria atuado na corte persa no século IV AEC). Poderíamos, então, estar diante da visão da dominação persa entre um grupo específico de judeus do Período Helenístico, os redatores do material usado na Bíblia Hebraica? Ou, o que poderia ser interessante, teria tal visão existido na época dos judaítas da Diáspora, ainda sob dominação persa? Em caso afirmativo, como explicá-la? Ressalte-se que, ao que tudo indica, esta seria uma visão excepcionalmente negativa do império persa se comparada a outras representações presentes na Bíblia Hebraica, como, por exemplo, a de Isaías (44:23-45:8), já que o Xerxes de Ester é representado como um rei volátil, manipulável e arrogante.

Um desdobramento do debate sobre representações é a história da recepção de Ester na escrita da história do Império Persa, isto é, a forma como o livro foi interpretado e usado por autores ocidentais modernos e contemporâneos para criticar, depreciar e estereotipar a Pérsia no período de seus sucessores Safávidas (1501-1736) e Qajares (1789 – 1925), o que é evidente, por exemplo, desde os escritos de Montesquieu. Esse movimento – ao qual é ainda mais apropriado atribuir a alcunha “orientalista” – teria coincidido com o momento em que os Estados europeus se alçaram à empreitada colonial e, sobretudo, neocolonial no Oriente. Seus pressupostos são uma eterna imutabilidade do “Oriente”, historicamente sempre “igual”, sua suposta lascívia e libidinidade consubstanciada pela ideia de “harém”, seu poder despótico e o exotismo de sua corte, ilustrado, por exemplo, pela presença de “eunucos” e outros elementos que, ao olhar dos europeus modernos, afiguram-se como excêntricos e fantásticos.

O LIVRO DE ESTER E O IMPÉRIO PERSA AQUEMÊNIDA



Matheus Treuk Medeiros de Araujo

A pintura oitocentista do britânico Ernst Normand, aqui reproduzida, é representativa desse tipo de concepção da Pérsia: lugar dos haréns misteriosos, palácios suntuosos e déspotas atendidos por incontáveis servos. Assim, as recepções orientalistas de Ester nos alertam quanto às instrumentalizações desse texto para projeções negativas e anacrônicas sobre o Império Aquemênida, com consequências especialmente problemáticas em discussões sobre gênero – o lugar das mulheres na corte persa – e etnicidade – as relações entre persas e não-persas.

Em suma, as relações entre o Império Aquemênida e Ester são numerosas, teórica e metodologicamente complexas, objeto de crescente interesse na historiografia recente, mas também um grande fator de risco em termos de enviesamento na descrição do passado, sobretudo em razão de um histórico de recepção orientalista, mas também, possivelmente, pela motivação identitária dos próprios redatores da narrativa na Antiguidade. Isso não quer dizer que não possamos nos debruçar sobre esse material e propor-lhe questões históricas sobre o império, os persas e suas instituições políticas e culturais. Quer, sim, nos alertar sobre a importância de se ter uma apurada compreensão prévia quanto à natureza do documento – seu gênero textual, audiência e propósito – além da tortuosa história de sua composição e recepção, para além da pedestre busca de correspondências diretas entre o que diz o livro, de um lado, e o que dizem as fontes Aquemênidas, de outro.

Matheus Treuk é pós-doutorando do Departamento de História (FFLCH-USP)
bolsa FAPESP (processo 2023/01822-6)

Bibliografia (Para saber mais):

KALIMI, Isaac. - The Book of Esther between Judaism and Christianity: The Biblical Story, Self-identification, and Antisemitic Interpretation. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

LLEWELLYN-JONES, Llyod. Ancient Persia and the Book of Esther: Achaemenid Court Culture in the Hebrew Bible. Londres: I. B. Tauris, 2023.

SARBANANI, Morteza Arabzadeh. - The Book of Esther as a Source for Achaemenian History, ASOR, v. 11, n. 6, 2023. Disponível em: <https://www.asor.org/anetoday/2023/06/esther-achaemenian-history> . Acesso em: 23 de janeiro de 2025.